

A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO ENSINO DE CRIANÇAS NEUROATÍPICAS

Rosa Malvina Melo de Lima ¹
Zélia Maria Melo de Lima Santos ²

RESUMO

Objetiva-se nesse artigo mostrar a importância da adaptação curricular e formação do professor no ensino de crianças neuroatípicas. O estudo apresentado tem como objetivo conhecer as estratégias de adaptação curricular utilizadas por professores nas salas de aulas para com isso garantir um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz com oportunidades, respeitando a diversidade promovendo uma educação para todos. Para fundamentar essa pesquisa recorreu-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB), Decreto nº 6571/2008, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2009), Decreto nº 7611/2011, que trouxe orientações sobre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, BNCC (2017), Vygotsky (1991, 1993), Cunha (2009), Antônio Nóvoa (2019), Freitas (2016), Mantoan (2010). A metodologia utilizada, foi uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Como resultado percebe-se que o tema abordado requer estudos mais aprofundados, pois a demanda de alunos neuroatípicos só aumenta a cada dia dentro das escolas e precisa-se cada vez mais de profissionais capacitados e com formação adequadas nas áreas.

Palavras-chave: Adaptação Curricular, Formação do Professor, Crianças Neuroatípicas.

1. Introdução

A inclusão escolar de crianças neuroatípicas tem se consolidado como um dos maiores desafios e avanços na educação contemporânea. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da adaptação curricular e da formação docente no processo de ensino e aprendizagem de crianças atípicas, destacando os desafios enfrentados pelos professores e apontando caminhos para uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva e equitativa.

¹ Graduada em História pela UVA e em Pedagogia pela UNOPAR, Mestra pela Universidade Federal de Alagoas, Professora da rede municipal de Ensino de Passira/PE e da Faculdade Luso-Brasileira (FALUB), rosamalvina@hotmail.com.

² PHD em Gestão e Inovação Educativa pela Universidade de Ciências Jurídicas, Políticas e de Comunicação - Universidade Autônoma de Assunção (UAA-Paraguai). Doutora em Ciências da Educação pela UAA - título revalidado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Psicologia da Educação pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria (UNISLA – Portugal). Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Formação de Professores pelo UNISLA. Especialista em Língua Portuguesa pela UNIVERSO Rio de Janeiro. Graduada em Pedagogia pela UNOPAR e em Letras/Inglês pela UPE, docente da Faculdade Luso-Brasileira (FALUB), zeliammelo@hotmail.com.



O processo de ensino e aprendizagem desses alunos exige práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem suas especificidades cognitivas, emocionais e sociais. Nesse contexto, a adaptação curricular e a formação docente surgem como pilares fundamentais para garantir uma educação equitativa e de qualidade, conforme preconizam as políticas públicas de inclusão. A adequação do currículo às necessidades individuais permite que o ensino se torne acessível e significativo, contribuindo para o desenvolvimento global do aluno e para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

A formação do professor, por sua vez, é um elemento determinante para o sucesso desse processo, pois exige do educador não apenas conhecimentos técnicos e metodológicos, mas também uma postura ética e sensível às diferenças.

A escola, enquanto espaço de socialização e construção do conhecimento, deve garantir a todos os alunos oportunidades reais de aprendizagem, respeitando suas particularidades e potencialidades. Nesse contexto, a adaptação curricular e a formação docente surgem como elementos fundamentais para o efetivo processo de ensino e aprendizagem inclusivo. A adaptação curricular, entendida como o conjunto de ajustes e modificações realizados no currículo para atender às necessidades específicas de cada estudante, constitui uma estratégia pedagógica indispensável para assegurar o acesso, a participação e o progresso dos alunos com deficiência ou com desenvolvimento atípico. De acordo com Hoffmann (2021), a flexibilização do currículo não significa reduzir expectativas, mas promover condições adequadas para que cada aluno possa desenvolver suas capacidades dentro de suas possibilidades e ritmos de aprendizagem.

Por sua vez, a formação continuada dos professores é condição essencial para que as práticas pedagógicas inclusivas se concretizem no ambiente escolar. Segundo Mantoan (2019), o docente precisa compreender a diversidade humana, desenvolver competências para planejar intervenções diferenciadas e adotar metodologias que valorizem a singularidade de cada estudante. A ausência de preparo teórico e prático pode resultar em práticas excludentes, comprometendo o direito à educação de qualidade para todos.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas, legislações e



documentos oficiais relacionados à educação inclusiva, à adaptação curricular e à formação docente. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), tem como objetivo proporcionar um exame sistemático de materiais já publicados, permitindo a construção de um referencial teórico que sustente a discussão e a reflexão sobre o tema proposto. Foram selecionados artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) que abordam a formação de professores e as práticas pedagógicas voltadas à inclusão de alunos neuroatípicos. A escolha do método qualitativo se justifica pela necessidade de compreender as percepções e interpretações presentes na literatura sobre o papel do professor e a importância das adaptações curriculares no processo de ensino-aprendizagem. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar convergências, desafios e propostas apresentadas pelos autores pesquisados. Dessa maneira, o estudo visa contribuir para a reflexão sobre as práticas educativas inclusivas e para o aprimoramento da formação docente no atendimento às crianças neuroatípicas.

3. Formação do Professor da Educação Inclusiva.

A formação do professor é um dos pilares fundamentais para a efetivação da educação inclusiva. O docente, ao atuar em contextos que envolvem a diversidade de aprendizagens e necessidades específicas, deve possuir competências teóricas e práticas que lhe permitam promover a inclusão de todos os estudantes. Segundo Mantoan (2015), a educação inclusiva requer um profissional preparado para lidar com as diferenças, compreendendo-as como parte essencial do processo de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva demanda uma postura reflexiva, empática e aberta à adaptação das estratégias pedagógicas, de modo a garantir o direito à aprendizagem e à participação plena dos alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento.

Esses recursos são fundamentais para eliminar barreiras de aprendizagem e promover maior autonomia para os estudantes com necessidades educacionais específicas. No entanto, para que sejam eficazes, é essencial que os professores sejam capacitados para integrá-los ao processo de ensino-aprendizagem, de forma a maximizar seu potencial inclusivo (NASCIMENTO, p. 13, 2012).



Assim sendo, a formação de professores para a educação inclusiva deve ser pautada em uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, que contemple tanto os aspectos teóricos quanto as demandas práticas do ensino inclusivo. Com isso, é necessário investir em programas de formação continuada para capacitar os professores da educação inclusiva, também é necessário que promovam o uso de tecnologias e estratégias pedagógicas inovadoras, fortalecendo a capacidade dos professores de lidar com a diversidade em sala de aula

Nesse sentido, a formação inicial e continuada torna-se essencial para preparar o educador a compreender as diferenças como parte integrante do processo educativo, contribuindo para a construção de uma escola mais justa, democrática e acessível a todos. Como destacam Glat e Pletsch (2019), a capacitação docente voltada à inclusão é condição indispensável para transformar a prática pedagógica e consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva.

3.1 A Necessidade da Adaptação Curricular para Crianças Neuroatípicas

A adaptação curricular é uma estratégia essencial para garantir a inclusão efetiva das crianças neuroatípicas no ambiente escolar. Ela consiste em ajustar conteúdos, metodologias e formas de avaliação de modo a atender às diferentes formas de aprender e se desenvolver. Cada criança apresenta um ritmo e estilo próprio de aprendizagem, o que exige do professor uma prática pedagógica flexível e centrada nas necessidades individuais. Segundo Mantoan (2015), “a inclusão não se faz apenas com a presença do aluno na escola, mas com a transformação das práticas pedagógicas e curriculares que assegurem sua participação e aprendizagem.” Dessa forma, a adaptação curricular representa não apenas uma exigência legal e pedagógica, mas um compromisso ético com a equidade, possibilitando que as crianças neuroatípicas tenham acesso significativo ao conhecimento e à vida escolar.

“A inclusão não se efetiva apenas com o acesso do aluno à escola, mas com a reorganização do currículo e das práticas pedagógicas, de modo a atender às necessidades de todos.”Mantoan (2015)

As crianças neuroatípicas apresentam formas singulares de desenvolvimento cognitivo, emocional e social, que diferem do padrão considerado típico. Essa diversidade neurológica abrange condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), entre outras.



Compreender e respeitar essas diferenças é essencial para promover práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as potencialidades individuais de cada estudante. Segundo Grandin e Panek (2014), “a mente autista é diferente, mas não menos; ela apenas opera de outra forma”, o que reforça a importância de uma abordagem educativa que reconheça e acolha a diversidade neurocognitiva. Dessa forma, a escola deve assumir um papel fundamental na construção de ambientes de aprendizagem flexíveis e acessíveis, garantindo o pleno desenvolvimento das crianças neuroatípicas.

4. RESULTADOS DE DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos dados sobre práticas pedagógicas inclusivas evidencia que a adaptação curricular e a formação docente são elementos centrais para o sucesso do ensino de crianças atípicas. Os estudos consultados indicam que escolas que implementam estratégias de flexibilização curricular, ajustando conteúdos, metodologias e formas de avaliação, apresentam maior engajamento e progresso acadêmico desses alunos (GLAT; PLETSCH, 2018).

Observou-se que a adaptação curricular permite que o ensino seja planejado considerando as necessidades individuais, respeitando o ritmo e as potencialidades de cada estudante. Isso reflete diretamente nos resultados de aprendizagem, pois crianças atípicas têm mais oportunidades de compreender os conteúdos e desenvolver competências essenciais. Mantoan (2019) destaca que a flexibilidade curricular não significa reduzir expectativas, mas criar condições para que todos os alunos possam participar efetivamente do processo educativo.

A formação docente, por sua vez, surge como fator determinante para a implementação dessas adaptações. Professores capacitados em educação inclusiva são capazes de planejar atividades diversificadas, utilizar recursos pedagógicos adequados e avaliar o

progresso de maneira justa e individualizada (HOFFMANN, 2021). A ausência de preparo ou a formação limitada impede a utilização efetiva das estratégias inclusivas, comprometendo o aprendizado e a inclusão social dos alunos.

Além disso, a análise evidencia que gestão escolar e suporte institucional influenciam diretamente os resultados.



Escolas que oferecem formação continuada, orientação pedagógica e acompanhamento do desempenho dos alunos promovem práticas mais eficazes de inclusão, resultando em melhores indicadores de aprendizagem e participação (CARVALHO, 2020). Por outro lado, a falta de recursos, infraestrutura inadequada e turmas superlotadas representam barreiras significativas.

Dessa forma, os resultados sugerem que a adaptação curricular e a formação docente devem ser compreendidas de forma integrada, como estratégias complementares para garantir a aprendizagem e o desenvolvimento pleno das crianças atípicas. A articulação entre políticas públicas, formação continuada e planejamento pedagógico inclusivo é essencial para construir uma escola que efetivamente respeite a diversidade e promova a equidade educacional.

5. Considerações Finais

A análise realizada neste estudo evidencia que a adaptação curricular e a formação docente são elementos indispensáveis para o sucesso da inclusão escolar de crianças atípicas. Observou-se que a simples presença desses alunos em classes regulares não garante aprendizagem significativa; é fundamental que o currículo seja flexibilizado e que o professor esteja devidamente preparado para atender às necessidades individuais, promovendo a participação efetiva de todos os estudantes.

A adaptação curricular permite que conteúdos, metodologias e avaliações sejam ajustados às capacidades e ritmos de aprendizagem de cada aluno, sem reduzir expectativas, garantindo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças atípicas (GLAT; PLETSCHE, 2018; MANTOAN, 2019). Entretanto, tais ajustes dependem da atuação competente do professor, o qual precisa de formação inicial e continuada que forneça conhecimento teórico, estratégias pedagógicas diferenciadas e competências para planejar e avaliar de forma inclusiva (HOFFMANN, 2021; CARVALHO, 2020).

Além disso, os resultados discutidos mostram que a inclusão escolar efetiva requer apoio institucional e políticas educacionais consistentes, que viabilizem recursos, acompanhamento pedagógico e capacitação continuada dos docentes.

Sem esse suporte, as adaptações curriculares e o empenho dos professores podem não produzir os resultados desejados, comprometendo a aprendizagem e a socialização das crianças atípicas.



Dessa forma, conclui-se que a articulação entre currículo flexível, formação docente qualificada e suporte institucional é essencial para consolidar uma educação inclusiva de qualidade. A prática pedagógica inclusiva não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético e social, que garante o direito de aprendizagem de todos os alunos e promove a construção de uma escola verdadeiramente democrática e equitativa.



6. Referências

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. *O cérebro autista: pensando através do espectro*. São Paulo: Rocco, 2014.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Educação Inclusiva: cultura, política e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2018.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 6. ed. São Paulo: Moderna, 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

HOFFMANN, Jussara. *Ensinar e incluir: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais*. Porto Alegre: Mediação, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.